

Estado apresenta a São Caetano plano para universalizar saneamento até 2030

Cronograma do UniversalizaSP, programa do governo de São Paulo, prevê investimento de R\$ 119 mi até 2033 e R\$ 412 mi até 2060

Tatiane Pamboukian

O programa estadual UniversalizaSP pretende oferecer apoio estrutural e financeiro para acelerar a universalização do acesso aos serviços de água tratada, coleta e tratamento de esgoto, além de reduzir perdas e ampliar a segurança hídrica em 146 municípios. São Caetano é um dos participantes do projeto, em fase de diagnóstico, que planeja R\$ 119 milhões de investimento até 2033 e R\$ 412 milhões até 2060.

Atualmente, 97,2% da população de São Caetano conta com cobertura de água e 95,7% com coleta de esgoto, enquanto 78% dos resíduos são tratados. A meta é expandir gradualmente o serviço para atingir 100% de cobertura até 2030 – três anos antes do prazo nacional (2033) estipulado pelo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020).

A iniciativa, liderada pela Semil (Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística) em conjunto com a SPI (Secretaria de Parcerias em Investimentos), entra agora na fase de consulta pública. A população já pode acessar, no site da SPI, os detalhes do plano regional de saneamento, além das minutas de contrato e do edital, que estarão disponíveis para análise até o fim de maio. Também será possível enviar contribuições e sugestões por meio da consulta pública do programa. A primeira audiência está marcada para o dia 11 de maio, em São Caetano.

A modelagem do programa foi construída a partir de um processo de diagnóstico técnico, que incluiu visitas a todos os municípios participantes e a análise de milhares de estruturas operacionais, como sistemas de captação, tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto. O levantamento permitiu dimensionar com maior precisão as necessidades de investimento e estruturar soluções compatíveis com as diferentes realidades regionais.

A análise técnica determinou um cronograma de longo prazo para São Caetano, que sugere investimentos de R\$ 78 milhões, diluídos entre 2027 e 2033, para substituição dos hidrômetros, a fim de combater perdas. O cálculo contempla a

troca de 317.674 aparelhos.

Serão aplicados mais R\$ 28,4 milhões na recuperação ou substituição da rede coletora, novas ligações de esgoto e instalação de elevatórias. O cronograma prevê ainda R\$ 12,6 milhões para desenvolvimento operacional, eficiência energética, inovações, monitoramento periódico dos efluentes e da qualidade das águas nos mananciais, entre outras ações.

O cronograma de intervenções e valores de investimento pode ser alterado no decorrer das audiências públicas. O objetivo é atender às demandas de todos os grupos envolvidos, poder público e a população.

As obras visam não somente garantir a universalização do acesso à água potável e tratamento de esgoto até 2033, prazo determinado pelo Marco Legal, mas também garantir segurança hídrica a longo prazo.

“Estamos construindo isso com o município. Em relação à universalização, se formos olhar, São Caetano já está mais avançado, mas vemos uma potencialidade de melhorias em relação à resiliência hídrica. O Tite Campanella (sem partido) tem sido um grande parceiro, mas fizemos esse planejamento a longo prazo para que possamos ter previsibilidade e garantir isso para a população independente do governo”, afirmou a secretária da Semil, Natália Resende.

O serviço de saneamento básico da cidade é administrado pela autarquia municipal Saesa (Sistema de Água, Esgoto e Saneamento Ambiental de São Caetano). O município é o único do Grande ABC que não está sob a gestão da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), que anunciou a universalização até 2029. Em Mauá, a rede de esgoto é gerida pela BRK Ambiental.

APÓS UNIVERSALIZAÇÃO

Os investimentos previstos no cronograma de intervenções seguem após o prazo do Marco Legal do Saneamento Básico. São Caetano deve aplicar mais R\$ 412 milhões em obras de expansão dos sistemas de captação, tratamento e distribuição, recuperação ou substituição dos mananciais superficiais e subterrâneos, adutoras e estações de tratamento de água, entre outras.

Segundo o governo estadual, os recursos serão viabilizados pela administração municipal e parte da receita do contrato será devolvida aos municípios por meio dos FMSAIs (Fundos Municipais de Saneamento Ambiental e Infraestrutura). Em todo Estado, se todos os 146 municípios aderirem, o programa vai movimentar

aproximadamente R\$ 100 bilhões e beneficiar seis milhões de pessoas.

<https://www.dgabc.com.br/Noticia/4316532/estado-apresenta-a-sao-caetano-planejamento-para-universalizar-saneamento-basico-ate-2030>

Veículo: Online -> Site -> Site Diário do Grande ABC - Santo André/SP

Seção: Setecidades